

PERSEGUIÇÃO SISTEMÁTICA

Para Executivo, Câmara está criando dificuldades de trabalho

>> Redação DS

Pela primeira vez na história o Executivo tangaraense depende 100% do Legislativo para suplementar seu orçamento.

Durante a reunião com empresários na segunda-feira passada, 4 de abril, em seu gabinete, o Prefeito Municipal Fábio Martins Junqueira (PMDB), reclamou do que classifica de “perseguição sistemática de alguns vereadores de oposição que trabalham com o intuito de dificultar o trabalho do Executivo” e além das questões relacionadas ao assunto da pauta, abertura de Comissões Especiais de Inquérito (CEIS’s), citou o fato de que em 2016 terá que administrar sem poder suplementar por decreto, fato que ocorre pela primeira vez na história de Tangará da Serra.

Suplementação Orçamentária é um crédito adicional para despesas não computadas ou in-

suficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), que visa atender à insuficiência de dotações ou recursos alocados nos orçamentos e a necessidade de atender situações que não foram previstas, inclusive por serem imprevisíveis, nos orçamentos. Resumindo, é um dinheiro em caixa que necessita da aprovação da Câmara para o uso em despesas imprevisíveis.

Ocorre que para dar celeridade nas ações das Administrações Públicas, vereadores autorizam os chefes do poder Executivo a realizarem essas suplementações por decreto em um percentual definido sobre o orçamento do Município. Para servir como parâmetros, no Mato Grosso, Sinop desde 2014 esse percentual é de 25%, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Cuiabá e Várzea Grande 20%. Em Primavera do Leste até o ano passado a suplementação possível era de 40% e este ano baixou para 20%. Em Barra do Bugres o Executivo pode suplementar até 7% do



Junqueira reclamou do que classifica de “perseguição sistemática de alguns vereadores de oposição”

orçamento e em Rondonópolis 6%. Em Tangará da Serra os valores, de 2009 a 2013 eram de 8%, 2014 e 2015 6% e agora em 2016 zero por cento sobre o orçamento.

De acordo com informações colhidas junto a Secretaria de Fazenda do Município, no início do ano o Executivo encaminhou projeto pedindo a autorização para

suplementar em até 12% do orçamento e como houve pedido de vistas de 90 dias, o projeto foi retirado e reapresentado com a proposta de suplementar por decreto

em até 11%. Desta vez o projeto foi rejeitado e como consequência, para qualquer necessidade de suplementação o Executivo passou a depender do Legislativo.

CONSTANTINO

Constantino nega que Câmara esteja amarrando ações do Executivo



Para Constantino, Tangará não pode ser comparado com outras cidades

>> Redação DS

Para dar ênfase no que classifica como perseguição de vereadores da oposição, a Secretária Municipal de Fazenda, Valnicéia Maria Picoli Barbosa, citou que quando da segunda apresentação do projeto, o vereador Vagner Constantino (PSDB) compareceu na prefeitura e se comprometeu em ajudar na aprovação do projeto e que talvez fosse necessário ajustá-lo para algo em torno de 4%, mas que depois disso “simplesmente votou contra e pronto”. No próprio Legislativo, toda vez que se

discute projeto de suplementação orçamentária, ouve-se de forma irônica comentários proferidos por vereadores sobre o Executivo estar “pedindo bênção” ao Legislativo.

De acordo com o vereador Vagner Constantino, o “Fábio tem um problema com o vereador Luiz Henrique e precisa resolver com ele”, negando que este exerça influência sobre os demais pares. “É que ele tem problemas com o Luiz Henrique e acha que todas agem da mesma forma”, garantiu.

Para Constantino, o que ocorreu, foi que quando da apreciação

do orçamento já havia a solicitação de que a suplementação por decreto fosse de 12% e ele apresentou emenda baixando para 2% como forma de haver negociação com os vereadores, uma vez que da forma original não passaria e entende que conseguiria até 6% na oportunidade. “A emenda foi vetada pelo Fábio”, afirmou. Ele também disse que realmente procurou o prefeito Fábio na condição de relator da Comissão de Finanças da Casa para tentar negociar um percentual que tivesse a aprovação, mas houve recusa do Executivo que

não aceitava percentual inferior a 10% e por isso houve a reprovação.

Constantino também afirmou que como houve veto na emenda proposta por ele já na primeira vez, não haveria possibilidade de apresentar nova emenda, era aprovar ou reprovar. O vereador também afirma que 4% é um bom índice para remanejamento por decreto uma vez que o primeiro quadrimestre já está concluído, “o orçamento está redondo, ninguém mexeu no orçamento”. O vereador também afirmou que Tangará não pode ser comparado com outras cidades e que os modelos de Câmaras dessas cidades citadas não se aplica aqui.

O vereador finalizou afirmando que se o Executivo enviar novo projeto com o índice de 4% ele acredita que deverá haver aprovação. Ele também nega que o Legislativo esteja amarrando o Executivo em suas ações.

LANÇAMENTO

oBoticário
Acredite na beleza

DELICADAMENTE
mareante

make B.
urbanBallet

Avenida Brasil - 65 3326 4044
Venda Direta - 65 3326 2684
Tangará Shopping - 65 3326 7534
Nova Olimpia - 65 3332 1205
Sapezal - 65 3383 2037